

Credores interessados

ESTADO DE SÃO PAULO

25 MAR 1994

Em tempo recorde, ressaltado pelo Citibank, ao qual incumbe centralizar as questões atinentes à nossa dívida, os bancos credores responderam positivamente ao pedido de waiver (derrogação), a fim de dispensar o Brasil de obter um crédito stand by com o FMI para conclusão de um acordo tendente à reestruturação do débito. Efetivamente, em menos de dois dias pôde-se ultrapassar a massa crítica de 66,66%, atendendo-se então ao pedido de waiver. Considerando-se que recente comunicado do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não foi muito favorável ao Brasil — o signatário, embora reconhecendo que logramos algum progresso na definição de uma política de ajuste, nem sequer estava convicto de que estaríamos capacitados a receber, daqui a alguns

meses, um crédito stand by —, pôde-se perguntar o que levou os bancos a renunciar, tão facilmente, a uma exigência que parecia envolver garantia suplementar.

Uma resposta, ainda que parcial, poderia explicar que o que venceu foi, na realidade, o cansaço. De fato, há 11 anos os credores e o Brasil vêm procurando encontrar uma solução para o problema da dívida, não se podendo esquecer que a atual negociação teve início em 1990. Mas, incontestavelmente, o fechamento do acordo implica um interesse todo especial dos bancos. No seu balanço, se poderia agora substituir o item Devedor Duvidoso — que exige a constituição de reservas — por um ativo composto de títulos com a garantia colateral de papéis da dívida interna dos Estados Unidos. Mais que isso, exigia-se uma ga-

rantia não apenas para o pagamento do principal, como também para aquele dos juros, nos primeiros anos de vida do novo acordo de reestruturação. Sabe-se que os bancos não estão especialmente interessados no reembolso do capital, mas, na verdade, no pagamento dos juros.

Perceberam que, ao ampliar suas exigências, poderiam perder muito mais. Houve a possibilidade de um fechamento a eles favorável: um acordo negociado com o então presidente do Banco Central, Celso Afonso Pastore, nos últimos dias do governo Figueiredo. Mas os bancos, receosos de concluir um acordo com um governo que estava

deixando o poder, adiaram a sua decisão, tendo, posteriormente, de entender-se com a equipe nacionalista de Dílson Funaro, que decretou a moratória. Agora, estão conscientes de que é melhor negociar com todas as garantias recebi-

das de um governo em fim de mandato do que com um sucessor que poderá ser aquele que defende a tese de que a dívida já foi largamente paga. O Brasil, por sua vez, está interessado na conclusão de um

acordo que, além de representar uma diminuição da dívida e do ônus do seu serviço, permitiria ao mesmo tempo o estabelecimento de um fluxo regular de capitais estrangeiros.

**O Brasil não é o
único interessado
no fechamento do
acordo para
reestruturar a
dívida externa**